

TRAÇANDO UM PERCURSO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NO BRASIL

Givanilton de Araújo Barbosa¹

1 INTRODUÇÃO

O período de 1600 a 1800 corresponde ao momento colonial no Brasil onde se constituíram identidades nacionais, bem como a institucionalização de ideias racionais; a concepção de espaços de educação e socialização de saberes, com a finalidade de colonização e criação de sistemas sociais. Nesse caso, a atuação do Clero foi consolidada, e de forma hegemônica se deu como um modelo de educação da época. Esse período corresponde, concomitantemente, ao início da formação de um modelo de desenvolvimento social, cultural, e político brasileiro (FERNANDES, 1976, p. 16).

Desse modo, a história do ensino das Ciências Sociais no Brasil (VILLAS BÔAS, 2007) e conforme discutido por Chacon (1977), cria-se uma estimativa ou data aproximada para mais ou para menos que iniciou-se por volta de 1827, em que os conhecimentos de Sociologia eram lecionados dentro do curso de Direito nas primeiras faculdades de Direito e Administração Pública de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador, Fortaleza, e Belo Horizonte. Na Bahia e no Ceará havia professores que defendiam a separação dos estudos entre Sociologia e Direito.

A Sociologia era defendida dentro das Ciências Sociais. Denominada de uma Sociologia do Direito caracterizou-se pelas contribuições esporádicas, e voltava-se aos estudos de compreensão da sociedade, onde os principais temas sociológicos estudados eram o fato social e o suicídio, com base no sociólogo Durkheim, estudado no Direito criminal. Também era muito estudada a Sociologia do Estado no Direito administrativo com base nas teorias de Max Weber.

Havia uma preocupação na época: a “formação de uma elite para dar novos rumos aos estudos acadêmicos no Brasil” (CHACON, 1977, p. 73). Neste sentido, polos de estudos eram direcionados à formação de bacharéis em Direito, Administração Pública, Economia e Sociologia, pois o objetivo também era formar juristas, administradores e estadistas para

¹ Mestrando em Antropologia pela UFPB e licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição. givaniltonbarbosa10@gmail.com.

suprir as necessidades de formação da nova estrutura do Estado brasileiro. Neste mesmo período, muitos juristas brasileiros se formaram na faculdade de Direito, em Coimbra.

Quanto ao ensino de sociologia na escola básica, seu processo de institucionalização enquanto prática curricular se inicia por volta de 1890, após a fundação da república. Com uma nova concepção de pensamento político voltado à Educação brasileira, especialmente para a escola básica, neste momento destaca-se o prévio estágio de preocupação da formação de professores para dar início à alfabetização da população, caracterizando-se pelos estudos de Sociologia na formação de professores (SARANDY, 2011, p. 9).

Este artigo investiga a história da institucionalização do ensino de Sociologia no Brasil e tem como objetivos específicos pesquisar os primeiros estudos de Sociologia no território brasileiro; identificar os primeiros centros de estudos brasileiros que assinalaram o ensino de Sociologia; realizar aproximações sobre trajetórias de estudiosos que contribuíram para a inserção e consolidação da disciplina de Sociologia nos espaços de formação de professores, tanto na Universidade, quanto na educação básica; e mapear os aspectos curriculares contemporâneos quanto ao ensino de Sociologia da educação básica atrelados às reformas curriculares.

O estudo tem uma abordagem metodológica qualitativa; de pesquisa bibliográfica e revisão teórica. Ademais, segue a trajetória dos teóricos Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, e suas contribuições para a Sociologia no Brasil, considerando elementos da legislação da Educação brasileira para o Ensino de Sociologia.

Para tanto, este estudo está dividido nos aspectos do ensino de sociologia; ensino de sociologia na educação básica; tópicos sobre Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. Logo, apresenta visões sobre ensino de sociologia, com base em sua obrigatoriedade a partir de 2008.

Conforme as práticas curriculares mapeadas discute-se a definição sociológica e suas aproximações educacionais sobre uma Sociologia do currículo e suas perspectivas metodológicas. Por fim, apresenta os principais dados sobre as reformas curriculares e implicações para o ensino de Sociologia na educação básica.

2 ASPECTOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Ao falar do ensino de Sociologia no Brasil, um de seus primeiros aspectos é o estudo social para a constituição de quadros administrativos da formação do Estado brasileiro; outro

é a formação dos primeiros centros de estudos em diversos estados com a preocupação de promover uma educação superior no país.

Ao se discutir como se deram os primeiros estudos de sociologia no Brasil é preciso atentar para, pelo menos, o século XIX, especificamente, sobre a transição das elites rurais para as instalações de centros urbanos. Nesse percurso, um dos aspectos importantes foi a chegada da família real em 1808, com a vinda da metrópole de Portugal, que ao mesmo tempo traz uma diversidade cultural de profissionais artesãos, artistas e letrados, como também uma forma de pensamento político, econômico e social (CHACON, 1977).

Ou seja, havia uma elite intelectual europeia presente no Brasil, como também passou a existir um trânsito, do território brasileiro à Europa, com a ida de filhos de elites rurais para estudar e se formar em diferentes áreas, inclusive no Direito, em Coimbra. Esses movimentos influenciaram fortemente a formação social e dos primeiros centros de estudos brasileiros.

Outro aspecto que influenciou o ensino de Sociologia no Brasil foi o movimento abolicionista e a formação da república no Brasil, conforme aponta a professora Ileisi Fioreli Silva:

"A segunda metade do século XIX foi amplamente agitada pelas lutas de independência dos países latino-americanos e no Brasil. Os temas do abolicionismo e da constituição da república perpassavam os debates e as reflexões políticas. Nessa fase, mais ou menos de 1840 a 1930, observa-se a busca da cientificização das explicações sobre a natureza e sobre a sociedade" (SILVA, 2010, p. 19).

Com isso os primeiros estudos e ensino de Sociologia complementariam a formação cultural superior de pequenos grupos sociais, reunidos em centros de estudos de alguns Estados ou províncias, dando início à elite urbana, embora fosse a mesma elite que se urbanizava, se formava e formavam os primeiros centros urbanizados, oriundos de feudos e latifúndios; as chamadas elites rurais.

De forma mais acentuada a política educacional brasileira a partir de 1890, tanto nas Universidades, e principalmente na educação básica, é bastante influenciada pelas experiências sociais dos movimentos políticos e sociais, tanto com a experiência de 1827, com a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, quanto com os movimentos abolicionistas e da formação da república com um novo pensamento político (CHACON, 1977).

Não obstante, lentamente a Sociologia é difundida por profissionais da educação e ocupa espaço nos currículos da escola secundária e do ensino superior, sendo ensinada, de

modo geral, por advogados, médicos e militares, assumindo os mais variados matizes, à esquerda ou à direita, servindo desde sempre para justificar o papel transformador ou conservador da educação, conforme o contexto político e interesses (AZEVEDO, 1951).

A partir de 1930 surge um novo contexto social e político-educacional no Brasil, que difundia discussões nos movimentos educacionais mais específicos, pois não existiam profissionais formados em Ciências Sociais, portanto, foi necessária a vinda de professores estrangeiros para contribuir na escola paulista de Sociologia, dando início ao curso com preocupações em fundar pesquisas científicas sobre a formação da sociedade brasileira.

Conforme discutido por Silva (2010, p. 15) a primeira parte desse período pode ser entendida pelo crescimento da demanda de formação de profissionais em torno das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência política). Assim, em 1933 e 1934, aparecem os cursos superiores de Ciências Sociais, na Escola Livre de Sociologia e Política, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e na Universidade do Distrito Federal.

A partir de 1942 os estudos continuaram a se difundir nos principais centros de pesquisas e metrópoles brasileiras como Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo. Ou seja, ao passo que ocorria a institucionalização do ensino de sociologia nas primeiras Universidades, esse movimento educacional também influenciava o processo de inserção do ensino de Sociologia na educação básica.

Havia uma considerável estabilidade nos primeiros centros universitários para os estudos de Sociologia, pois as pesquisas e estudos sociológicos contribuía para a formação política e cultural da elite intelectual. Concomitante a isso se ampliou para outros espaços de formação social e política; e de movimentos sociais, políticos e culturais.

3 ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Conforme discutido em Silva (2007), a partir de 1891, os primeiros anos do século XX foram significativos para a Sociologia do Brasil, pois deram início ao processo de institucionalização da legislação educacional brasileira.

A disciplina de Sociologia começou a ser integrada aos currículos, especialmente na grade curricular de escolas normais, direcionada à formação mais científica do quadro de professores para a Educação Básica. Essa política educacional se deu com a preocupação de formar um quadro de professores para atuar na educação básica brasileira, embora aparecesse

também nos cursos preparatórios, nas últimas séries do ensino secundário, que seria depois denominado colegial, e atualmente, ensino médio.

O período de 1896 a 1925 caracterizou-se no ensino de sociologia pela vigência da Reforma Rocha Vaz, e depois, com a de Francisco Campos (1931). A Sociologia passa a integrar os currículos da escola secundária brasileira, normal ou preparatória, chegando a figurar como exigência até em alguns vestibulares das primeiras universidades.

Para Silva (2007) “no período de 1925 a 1942 aconteceu um considerável nível de institucionalização” (p. 411-412), visto que a sociologia figurou nos currículos como disciplina e com a finalidade de indicar os processos de modernização da sociedade, ao mesmo tempo em que contribuía para fornecer uma aura de modernidade ao currículo. Havia nesse processo a formação de identidades pedagógicas que eram pensadas e desenvolvidas a partir de um sentido de nação e modernização.

O ensino de Sociologia é defendido e implementado no período da Escola Nova através do Ensino Normal, um curso voltado para a formação de professores; este momento foi demarcado na política educacional e curricular brasileira (SILVA, 2010). Nesse percurso houve alguns estudiosos da época que se dedicaram tanto a estudar, quanto a defender o ensino de sociologia na escola secundária, entre eles, Fernando de Azevedo (1951) e Florestan Fernandes (1954).

Embora na década de 1930 os intelectuais já discutissem a importância do ensino de Sociologia no processo formativo dos sujeitos em sociedade, também já problematizavam a importância pedagógica da Sociologia no ensino médio e na formação da juventude:

"(...) é preciso preparar o cidadão para dirigir uma organização política e administrativa de engrenagem complicada ou para escolher os que se candidatam para aquele fim. É preciso instruir os indivíduos para ocupar posições em uma estrutura social internamente diferenciada e aberta. É preciso formar uma nova concepção de dignidade e do valor da pessoa humana" (FERNANDES, 1976, pp. 22-23).

Conforme Florestan Fernandes (1954) a Sociologia enquanto ciência da sociedade “representaria a forma mais construtiva de divulgação dos conhecimentos sociológicos e um meio ideal para atingir as funções que a Ciência precisa desempenhar na educação dos jovens na vida moderna” (pp. 89-90).

Outro fator importante é o fato de que o ensino das Ciências Sociais pela sociologia no ensino médio seria, portanto, a condição para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano, e também aumentaria a eficiência e harmonia de atividades baseadas

em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins em qualquer setor da vida social, tendo em vista dois objetivos: educar as novas gerações para as tarefas de liderança administrativa, econômica e política; e criar recursos para a solução racional e pacífica dos problemas sociais da atualidade (FERNANDES, 1954).

A expansão urbana e a industrialização se refletiram na composição das camadas dominantes e na forma de seleção de suas elites. Estas revelaram certas capacidades, com referência à situação de interesses em formação, e deram algum relevo às preocupações práticas, de cunho intelectual.

Portanto, há nesse processo educativo o papel da escola e de seu quadro social, voltado a desenvolver o pensamento racional, crítico, reflexivo e científico. Está na condição da escola ofertar dispositivos eficientes para ativar capacidades do educando para o exercício de direitos e deveres. Ao mesmo tempo há a demanda pela formação de uma nova concepção de dignidade e do valor da pessoa humana diante de organizações políticas e administrativas que exige competências técnicas ou para escolher os que se candidatam para aquele fim.

A partir de 1942 a presença da Sociologia no ensino secundário, denominado colegial, começou a se tornar intermitente. Permanece no curso normal, às vezes como Sociologia Geral, e quase sempre, como Sociologia Educacional, mas no curso clássico ou no científico, praticamente desaparece (SILVA, 2007).

Já no período de redemocratização, por volta de 1985, iniciaram-se diversas reivindicações. Nas regiões sudeste e sul a demanda educacional foi pelo retorno do ensino da Sociologia na escola básica (MORAIS, 2009).

Portanto, do período de 1930 à redemocratização do Brasil, enquanto política educacional, se destacam dois estudiosos que contribuíram sobre o pensar cientificamente a sociologia brasileira e a sua institucionalização em diversos espaços educacionais: Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes.

3.1 Fernando de Azevedo

Nelson Piletti (1994) destaca inúmeras contribuições de Fernando de Azevedo para a institucionalização da sociologia na educação escolar brasileira. Sua atuação também contemplou a implantação do ensino de sociologia no Brasil, como também na formação de professores nas primeiras universidades e na educação básica.

Segundo Piletti (1994, p. 182-183) Fernando de Azevedo foi um especialista no campo da educação, com uma tese pioneira em 1915, em Ciências Sociais. Entre 25 livros, a maioria na área da educação, escreveu obras pioneiras como "Princípios de Sociologia" (1935), "Sociologia Educacional" (1940) e "Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil" (1948).

Para Piletti (1994) Fernando de Azevedo foi “uma das mais altas expressões da inteligência e da cultura do Brasil moderno” (p.182-183). Exerceu vários cargos administrativos, a maioria na esfera educacional, entre os quais, a grande reforma do ensino no antigo Distrito Federal (1927-1930), que foi o marco do processo de modernização do ensino no Brasil. Nesse período foi diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930).

Fernando de Azevedo também contribuiu para a formação do “O Manifesto dos pioneiros” da Educação Nova Brasileira (1932), documento único na história da educação brasileira, subscrito por um grupo dos mais eminentes educadores e intelectuais, atual até hoje.

O Movimento da Escola Nova no Brasil, na década de 1930, foi um marco para políticas educacionais na criação de legislações. Azevedo foi também Diretor-geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933) e diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938).

Destaca-se uma quarta contribuição: sua participação no processo de fundação da Universidade de São Paulo (1934), como um lutador incansável pela implementação do verdadeiro espírito universitário, plenamente identificado com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como *anima mater* da Universidade.

Foi diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL da USP (1947); secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1960); secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Maria Isaura Pereira de Queiroz foram seus assistentes na USP (PILETTI, 1994).

3.2 Florestan Fernandes

Florestan Fernandes foi aluno de Fernando de Azevedo e ambos se engajaram na defesa da disciplina e do ensino de sociologia enquanto uma Ciência, contribuindo para a educação brasileira. A proposta de Florestan Fernandes, desde 1940, quanto à implantação do ensino de sociologia no Brasil foi de que houvesse a possibilidade de tornar a sociologia uma ciência da sociedade brasileira, isto é, que a sociedade pudesse ser estudada e analisada cientificamente.

Formado em Ciências Sociais pela USP em 1942, Florestan Fernandes inicia sua carreira acadêmica adotando práticas epistemológicas e empíricas voltadas para estudar a sociedade brasileira. Já o período militar, a partir de 1964, se tornou incerto para o estudo e ensino de sociologia, marcado por restrições e incertezas na educação escolar. (MORAIS, 2009).

Vargas (2014, p. 4), sobre a legislação nacional, afirma que na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), a Sociologia permanece como disciplina optativa ou facultativa nos currículos. Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 5.692 de 1971 (BRASIL, 1971), mantém esse caráter optativo, raramente aparecendo a Sociologia senão quando vinculada ao curso que, obrigatoriamente, deveria ser profissionalizante. Assim, quando aparece, a Sociologia está marcada por uma expectativa técnica.

Conforme aponta Vargas (2014, pp.4-5), a partir do golpe militar em 1964, a filosofia e a sociologia foram substituídas por Educação Moral e Cívica e OSPB. Só ao final do regime militar e com a redemocratização do país é que estas disciplinas retornam pouco a pouco aos currículos escolares, ainda de forma restrita e localizada.

Também no período do regime militar, por volta de 1970 (SILVA, 2007), a disciplina Sociologia aparece nos cursos de magistério com nova nomenclatura. Neste contexto político e educacional enquadra-se a Sociologia da Educação, cumprindo o objetivo de dar sentido científico às discussões sobre a formação social e os fundamentos sociológicos da educação.

Em 1982 (MORAIS, 2009) o governo flexibiliza a legislação educacional com a Lei nº 7.044 de 1982 (BRASIL, 1982) e revoga a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, abrindo possibilidade dos currículos serem diversificados. Nesta oportunidade, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo passa a recomendar que as escolas incluam em seus currículos a disciplina de Sociologia. Inicia-se uma longa retomada da presença da disciplina

nas escolas secundárias propedêuticas, ao lado da Sociologia da Educação nos cursos de Magistério.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, amparada pela Lei nº 9.394 de 1996, a Sociologia se torna obrigatória como disciplina integrante do currículo do ensino médio. Em seu Artigo 36, § 1º, Inciso III, há a determinação de que “*ao fim do ensino médio, o educando deve apresentar domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania*” (BRASIL, 1996). Mas não como disciplina obrigatória.

Outra questão importante sobre essas interrupções temporárias da Sociologia no currículo do ensino médio decorre de expectativas e avaliações que se fazem de seus conteúdos em relação à formação dos jovens. Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1º. III), quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “exercício da cidadania”.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA E O CURRÍCULO CONTEMPORÂNEO

Desde a década de 1980 há uma expansão considerável da disciplina de Sociologia e seus conteúdos nos currículos escolares do Brasil. Como antecedentes da LDB de 1996 (BRASIL, 1996), os princípios sociológicos apontados, em especial a formação cidadã, surgiram iniciativas de estudos de sociologia na educação básica em diversos estados brasileiros, como por exemplo: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SILVA, 2010, pp. 26-27).

Conforme Silva (2010) ao longo do período de 1980 a 2003 aconteceram reestruturações curriculares para o que se chamava de segundo grau e atualmente denominado de Ensino Médio:

"Tais reestruturações procuravam adequar os currículos aos tempos de redemocratização do país, outra que também observou-se a produção de diretrizes curriculares, livros didáticos, dissertações de mestrado e artigos sobre esses processos". (SILVA, 2010, p. 27).

Outro período significativo se deu a partir de 2008, pois o ensino de Sociologia se tornou obrigatório no currículo do ensino médio brasileiro. Tal obrigatoriedade foi estabelecida pela Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, depois de muitos anos de debates, avanços, retrocessos e de quase quarenta anos de banimento desta disciplina dos currículos da educação básica (VARGAS, 2014).

A lei nº 11.68 de 2008 alterou o artigo 36 da LDB de 1996 que previa apenas que se propiciasse ao aluno, nos currículos de ensino médio, o domínio de conhecimentos de sociologia. A partir de então, a sociologia seria obrigatória em todas as séries do ensino médio (MORAIS, 2009). Por um lado, conforme discutido por Sarandy (2011):

"o ensino de Sociologia tem sido objeto de verdadeiro culto, por uns, e por outro lado é levada a instrumento fundamental na estratégia de emancipação das classes subalternas de nossa sociedade ou, ao menos, tida como meio garantido para a construção da cidadania. A continuidade do processo de institucionalização, legitimidade e consolidação social da sociologia como disciplina obrigatória do ensino médio tornou a via principal para garantir sua permanência" (p.3).

Sarandy (2001, p. 6) afirma que tornar o ensino das Ciências Sociais (Sociologia) um projeto intelectual e político depende de uma construção e essencialmente da capacidade de construir sistematicamente, dialogar e defender o ofício na teoria e politicamente. Já Dayrell e Reis (2007) apontam, sobre a condição juvenil contemporânea, demandas e necessidades de compreender práticas e manifestações do novo modo de ser jovem nos processos de socialização não escolar colocando em questão o sistema educativo e posturas pedagógicas.

Ou seja, com base na legislação de 2008, naquele momento e após sua institucionalização, houve diversos desafios à prática educativa do ensino de Sociologia enquanto modalidade de licenciatura, com tal obrigatoriedade do ensino nas três séries do ensino médio. Não havia professores formados na área de forma adequada, visto que tal intermitência histórica resultou na escassez de formação e cursos de licenciatura em Ciências Sociais ou em Sociologia.

Outro desafio foi o ensino de sociologia lecionado por profissionais de outras áreas como professores de História, Geografia, Filosofia e entre outras. Esse modo retomou práticas de ensino da disciplina que foram desenvolvidas no início do século XIX pelos profissionais bacharéis em Direito, advogados, religiosos e tantos outros.

5 AS PRÁTICAS CURRICULARES E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Vale destacar o conceito de currículo que envolve as práticas curriculares adotadas. A definição principal de currículo aponta que “os currículos são a materialização das lutas em torno de que tipo de educação os grupos sociais desejam implementar na sociedade” (SILVA, 2007, p. 409). Silva também relaciona a definição de currículo a uma Sociologia do currículo:

"A sociologia do currículo, especialmente nas obras de Apple (1982) e Bernstein (1996), demonstra que os currículos são resultados de lutas entre as classes sociais, entre as visões de mundo, os valores sociais e as concepções de conhecimento e de educação. Bernstein realizou estudos a partir da educação inglesa e verificou que os currículos reproduziam códigos e hábitos definidos em contextos de dominação da produção do conhecimento, como centros de pesquisa e universidades, normalmente recontextualizados nas burocracias da educação, nos aparatos do Estado e, mais uma vez, recontextualizados nas escolas. Na verdade, esse autor demonstra que a elaboração de currículos é um processo extremamente complexo, que envolve várias camadas sociais, várias instâncias de poder político e científico. Quando penso em currículo, estou pensando nesses termos, ou seja, como um discurso pedagógico produzido e reproduzido na sociedade de classes sociais". (SILVA, 2007, p. 408-409).

Ao analisar o papel do ensino da Sociologia no ensino médio a professora Ileizi Fioreli Silva (2007, p. 409) destaca o ofício da sociologia nos diferentes modelos curriculares, ao mesmo tempo em que assinala quatro modelos de currículos.

O currículo clássico científico trata primordialmente de conteúdos científicos; pesquisa de campo; experiências práticas; manuais traduzidos ou escritos por pensadores brasileiros consagrados; construção da modernidade e da nação; formação da elite capaz de liderar o país. Já o currículo tecnicista leva em conta a regionalização do saber; ideologização; afastamento dos conteúdos científicos; memorização; livros didáticos de estudos sociais e de educação moral e cívica, escrito por pessoas sem formação na área; desenvolvimento da nação e do civismo; formação do capital humano; treinamento de mão de obra.

O modelo de currículo das competências (regionalizado) é caracterizado principalmente pela regionalização dos conteúdos; tecnologias de motivação e criação de autoestima; livros didáticos e paradidáticos modernos escritos por experts em cada assunto; modernização da globalização; inserção do país na economia mundial; formação do empreendedor. E por fim, o currículo científico envolvendo os conteúdos fundamentados na ciência e no trabalho para desenvolvimento social, econômico e político; livros didáticos de ciências sociais; construção de um socialismo democrático baseado nas classes populares ou democracia republicana; formação do ser humano unilateral ou cidadão que transcende o imediato.

Portanto, a princípio, cada modelo curricular é elaborado a partir de uma elite dirigente sobre modelos de educação de classes sociais (SILVA, 2007). Entende-se que os modelos de currículo tecnicista e currículo das competências são orientados para a formação de uma

classe trabalhadora no treinamento de mão de obra para a manutenção e modernização da globalização; inserção do país na economia mundial e formação de empreendedor.

De forma mais crítica essa leitura dos modelos de currículos se constitui em modelos elaborados para submeter uma população a um regime de trabalho produtivista, cujo grupos de interesses se estabelecem no sistema capitalista, superiorizam-se, obtendo vantagens sobre uma população menos favorecida economicamente, sem tempo para refletir.

O que se percebe é uma estratificação de práticas de ensino; em vista disso, os modelos de currículo clássico e científico são elaborados e direcionados para uma população favorecida economicamente e pré-estabelecido no sistema capitalista vigente e determinante para a continuidade dos mesmos.

Conforme discutido por Ileisi Fioreli Silva (2007, p. 414) o currículo clássico científico “objetiva a construção da modernidade, construção da nação e na formação de uma elite capaz de liderar o país”. E o currículo científico está intrinsecamente relacionando trabalho-ciência a um viés popular. Vale ressaltar que as quatro propostas curriculares são também elaboradas em um projeto de desenvolvimento urbano e tecnológico, bem como em atender ao mercado de trabalho.

Atualmente, vem se questionando a falta de professores e professoras com graduação em sociologia, fazendo com que outros profissionais ocupem espaços destinados ao ensino da disciplina sociológica ou na complementação de carga horária.

Uma outra contradição da escola pública e do modelo curricular atual é a formação para a cidadania, onde alunos egressos da escola pública geralmente não ocupam cargos dirigentes, terminam o ensino médio e vão ocupar postos de trabalho subalternos, precários e com menor remuneração. Nesta concepção de ensino público atual, o modelo curricular do ensino de sociologia no ensino médio está voltado para um Currículo tecnicista e das competências, regionalizado.

Portanto é importante pensar nas consequências dos modelos curriculares que priorizam o regime capitalista e de mercado, prevendo resultados imediatos e distanciando-se de estudos sociológicos aprofundados, pois o ensino sociológico serve para pensar e refletir criticamente sobre as questões sociais e culturais, problematizando a realidade social e adotando uma linguagem científica.

6 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA

De acordo com o manual "Orientações curriculares para o ensino médio: conhecimentos de sociologia" (BRASIL, 2006), e considerando as análises de Ilesí Fioreli Silva (2010), destacam-se três perspectivas metodológicas para o Ensino de Sociologia no Ensino Médio que propiciam melhor articulação entre o projeto político pedagógico e maneiras didático-metodológicas de intervir na realidade do educando e da educanda.

Essas orientações podem contribuir para o ensino e aprendizagem de sociologia hoje, ao tratar de conceitos que são elementos do discurso científico e que se referem à realidade concreta (VILLAS BÔAS, 2007). O trabalho do professor de Sociologia consiste numa tradução ou alfabetização científica.

Dependendo do interesse do professor, dos alunos, e também, da própria escola, adequar essa escolha à realidade, que diz respeito à prática pedagógica, considerando as teorias clássicas ou contemporâneas, impõe a necessidade de compreender cada uma delas no contexto de seu aparecimento e posterior desenvolvimento – apropriação e crítica. É possível entender as teorias sociológicas como modelos explicativos (SILVA, 2007, p. 415).

"As orientações curriculares para o ensino médio: conhecimentos de sociologia" (2006) reconstróem a realidade, tentando dar conta dos fatores que a produziram e dos seus possíveis desdobramentos.

Pode-se tomar como exemplo a concepção metodológica conceitual - em sala de aula - articular processos de estranhamento e desnaturalização das coisas que acontecem em nossa volta; no uso da linguagem científica ao senso comum e vice-versa, possibilitando análise crítica da própria realidade. Um fator preponderante para se trabalhar a perspectiva conceitual é a formação contínua do professor, uma vez que é necessário ter domínio dos conteúdos científicos e ter didática para saber aplicá-los, fazendo com que os alunos e alunas participem da interação (VARGAS, 2014).

É necessário, como processo de intervenção didático e metodológico, o uso da linguagem científica para o aperfeiçoamento da leitura e escrita sobre os conteúdos de Sociologia, possibilitando um pensar crítico e reflexivo; adquirindo capacidades para a transformação de sua própria condição social em um processo de ensino aprendizagem desalienante e emancipatório, com possibilidades de formar líderes na escola pública (DAYRELL e REIS, 2007).

As "Orientações Curriculares para o Ensino da Sociologia no Ensino Médio (2006) distinguem o ensino de Sociologia como espaço de realização das ciências sociais na escola média e pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências,

resultados de diversas pesquisas, que acabam modificando as concepções de mundo, economia, sociedade, o outro, isto é, o diferente - de outra cultura, tribo ou país.

O ensino de Sociologia traz também a reconstrução e a desconstrução de modos de pensar. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação-lógica e empírica que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social, e mesmo uma comunidade. Em termos sincrônicos ou diacrônicos, de hoje ou de ontem.

Segundo Vargas (2014) há duas concepções de raciocínio em abordar os fenômenos sociais: a de “Estranhamento” e “Desnaturalização”, e concomitantemente, encontramos o papel e ofício que as Ciências Sociais realizam, mas não exclusivamente de Sociologia ou de Antropologia ou da Ciência política, mas também da Filosofia, Ciências Humanas e Naturais.

O *estranhamento*, no caso da sociologia, está na causa/ofício de observar os fenômenos sociais que rodeiam a todos e dos quais se participa, e que não são de imediato conhecidos, pois aparecem como ordinários, corriqueiros, normais, sem necessidade de explicação, e que na verdade nem são perceptíveis.

Já no processo de *desnaturalização* há tendências empíricas e teóricas que são recorrentes ao explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política, entre outras formas de expressões sociais, conservadoras ou não.

Ao constatar através das leituras clássicas de sociologia como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, Marcel Mauss, e respectivamente, as brasileiras, como Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, entre outros, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, que nem sempre foram assim; segundo certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões e de interesses das razões objetivas humanas e não sendo fruto de tendências naturais (VARGAS, 2014).

Vejamos um exemplo da prática educativa do ensino de sociologia e o processo de desnaturalização de um fenômeno social a partir de explicações através do regime capitalista: uma família detentora de acúmulo de bens, acesso às diversas formas de capital, seja cultural, econômico, e de prestígio social. Assim, ocorrendo um fenômeno de distanciamento das populações menos desfavorecidas, por não terem o mesmo acesso que esse grupo familiar.

Ou seja, estranhar e desnaturalizar é o ofício das Ciências Sociais. Como ciências fundadas sobre estudos e pesquisas com metodologias próprias, o professor de Sociologia

pode propiciar um ensino fazendo com que os alunos e alunas despertem para descobrir como realmente se organizam as relações sociais no cotidiano.

Do mesmo modo, conforme discutido em Vargas (2014), ao considerar o retorno da disciplina Sociologia ao Ensino Médio recente, se comparada à outras áreas de conhecimento já consolidadas, pouco se tem formada uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio, quer em âmbito Estadual-regional ou nacional, uma vez que as pesquisas sobre o ensino de Sociologia ainda são incipientes, de modo que os diálogos profissionais da área tenham produzido consensos a respeito de conteúdos metodologias, recursos, práticas pedagógicas etc.

7 AS REFORMAS CURRICULARES E O ENSINO DE SOCIOLOGIA HOJE

Antes de mais nada, vale destacar as especificidades culturais identificadas em todo o território brasileiro, isto é, no Brasil há uma significativa diversidade sociocultural (LARAIA, 2001). Nesta perspectiva, ao considerar a discussão realizada em Machala (2017), o Ministério da Educação do Brasil, em 2016, iniciou alguns debates a fim de reformular o Ensino Médio (p.21).

Uma reforma curricular política e administrativa consiste em outros ideais, visando atender à inovação e ao mercado. Diante disso, houve mudanças quanto à reformulação curricular do ensino médio por meio de algumas legislações, especificamente considerando a consolidação do ensino de tempo integral.

Em 2016, a educação brasileira, especialmente nas práticas curriculares, começa a se ajustar a uma proposta de reforma educacional. Teve como base mais uma legislação específica, a Medida Provisória 746 de 2016 (BRASIL, 2016), discutida pelos gestores educacionais que desejavam rever resultados. Isso implicaria alterar fatores como, por exemplo, jovens de baixa renda que não enxergavam sentido no que era ensinado pela escola.

Conforme apontado por Machala (2017, p. 21) há no contexto político de 2016 inúmeras tentativas de modificação do currículo do Ensino Médio, uma vez que eram dadas justificativas em nome da inovação tecnológica, bem como do mercado. Além da postura preconceituosa do Ministro da Educação da época, essa discussão se acentua em virtude da inserção do ensino de tempo integral:

"um elevado número de jovens encontra-se fora da escola e os demais não possuem bom desempenho educacional; a falta de escolaridade reflete-se nos

resultados socioeconômicos do país; observa-se uma decadência na qualidade do ensino após a democratização da oferta da educação; e existe excesso de disciplinas curriculares obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho" (BRASIL, 2016, Apud MACHALA, 2017, p. 21).

7.1 A reforma do ensino médio

Conforme discutido por Machala (2017, p. 22) o Projeto de Lei nº 6.840, de 27 de novembro de 2013 (BRASIL, 2013), altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para a instituição da jornada em tempo integral no ensino médio, que dispôs sobre a organização e reformulação dos currículos do Ensino Médio por áreas do conhecimento.

A Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo brasileiro em 2013, visando a inserção do ensino de tempo integral, resultou na Medida Provisória 746/2016 (BRASIL, 2016), logo ratificada na Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017).

Ao longo desse processo há a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que corresponde à reformulação curricular, causando alguns efeitos na disciplina de Sociologia para o ensino médio, como sua nova adequação à grade curricular por área de conhecimento e ao ensino de tempo integral.

Vargas (2014) aponta que as interrupções e descontinuidades no ensino de Sociologia na Educação Básica se deve ao acúmulo limitado de experiências didático - pedagógicas e uma restrita produção de pesquisas científicas e de materiais adequados ao ensino. Há também os interesses político-ideológicos e de mercado, resultando numa constante disputa curricular.

Outro elemento importante apontado pelo autor é que nas escolas a ausência histórica se reflete não só na falta de professores e na dificuldade em encontrar estratégias pedagógicas adequadas, mas na limitada "legitimidade" da mesma no interior do espaço escolar. Essa experiência de intermitência e de práticas pedagógicas escolares consolidadas desfavorece a legitimidade da disciplina enquanto área hegemônica na educação básica.

Portanto, no Brasil, segundo Vargas (2014), o contexto do ensino de sociologia na escola básica caracteriza-se por sua intermitência e descontinuidade ou com abordagens sutis, no entanto, desde o final do século XIX, lutas e debates constantes colocaram a disciplina Sociologia e seu ofício da sociedade brasileira tanto a favor quanto em contramão à institucionalização permanente. Esse aspecto, tratado com bastante clareza pelas diversas esferas sociais e da legislação educacional, pode fazer parte de Políticas Educacionais

elaboradas pelos grupos sociais de interesses, com base em um projeto educacional de desenvolvimento econômico e social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tratou de análises teóricas e legais a respeito da história da institucionalização do ensino e da disciplina Sociologia no Brasil. Destaca-se, que ao longo do tempo, houve estudiosos como Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, entre outros, que se dedicaram a estudar a sociologia e a sociedade brasileira. O campo da educação teve espaço privilegiado para a constituição e conquistas do presente.

Quanto ao ensino de Sociologia no Brasil, algumas características foram levantadas, como o limitado acúmulo de experiências didático-pedagógicas e da produção de materiais didático pedagógicos; a desvalorização da profissão docente e da própria formação de professores em Sociologia; elementos que limitam o alcance da legitimidade.

Outra característica diz respeito à fragmentação disciplinar; baixa carga horária; ausência de um quadro docente com formação específica na área de ciências sociais. O processo histórico do ensino de Sociologia é marcado por uma descontinuidade nos diferentes contextos histórico e políticos, resultando na falta de tradição e reconhecimento.

Dessa maneira, com didática e metodologias reformuladas, é possível uma maior atuação do ensino da disciplina em sala de aula, criando possibilidades de um campo de atuação dinâmico, da articulação de conteúdos de sociologia clássica às ideias e contextos da realidade dos estudantes, bem como realizando aproximações científicas e análise sociológica.

Portanto, as concepções metodológicas conceitual, temática e teórica podem criar novos horizontes para o ensino e aprendizagem de Sociologia, promovendo o pensamento sociológico que se insere nas diversas culturas da sociedade brasileira; com vários sujeitos envolvidos, como discentes, docentes e pesquisadores, que se articulem na identificação e resolução de problemas sociológicos, por meio do pensamento analítico sobre as relações sociais do passado e do presente.

Este estudo aponta que a história da institucionalização da Sociologia no Brasil acompanhou a percepção de desenvolvimento nacional, político e social de uma sociedade em mudança constante, e que as visões sociológicas adotadas trataram de forma científica o percurso social brasileiro.

Por fim, constata-se que a política educacional e curricular brasileira permitiu que a disciplina Sociologia pudesse conquistar avanços, tanto do ponto de vista teórico, quanto didático, metodológico e empírico, de sua prática de ensino e aprendizagem, especialmente na educação básica.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de Sociologia geral. Ed. Melhoramentos. 5ª Ed. São Paulo, 1951.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de 15 de outubro de 1827. Estabelece a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Câmara dos deputados, Coleção de Leis do Império do Brasil de 1827, Brasília, DF, 1827

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela Lei nº 4.024 de 1961. Onde a Sociologia permanece como disciplina optativa ou facultativa nos currículos. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 5.692 de 1971. Mantém o caráter optativo, raramente aparecendo a Sociologia senão quando vinculada ao curso que, obrigatoriamente, deveria ser profissionalizante. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 7.044 de 1982. Revoga a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 de 1996. Diário Oficial da União, Poder executivo. Brasília, DF. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Obrigatoriedade do ensino de sociologia e filosofia no ensino médio. Diário Oficial da União, Poder executivo. Brasília, DF. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Medida Provisória 746 de 2016. Diário oficial da união, Poder executivo, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Projeto de Lei nº 6.840 de 2013. Jornada do currículo de tempo integral. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 13.415 de 2017. Reforma do Ensino Médio. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular de 2018. Diário oficial da união, Poder executivo. Brasília, DF. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Orientações curriculares para o ensino médio. Ciências humanas e suas tecnologias: Conhecimentos de sociologia. volume 3, Brasília, 2006
CHACON, Vamireh. História das ideias Sociológicas no Brasil. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

DAYRELL, Juarez; REIS, J. B. Juventude e escola: reflexões sobre o ensino da Sociologia no ensino médio. In.: XIII Congresso brasileiro de Sociologia. Anais. Recife: Ed. da UFF, 2007.

_____. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., v. 28, n. 100, Campinas, out. 2007.

FERNANDES, Florestan. O ensino de sociologia na escola secundária brasileira. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo, 1954.

_____. A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. Ciência e Sociedade na evolução social do Brasil. In.: A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Editora nacional, 1972.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Estudos avançados, v. 10, n. 26, 1996.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a06.pdf> Acesso em: 15 out. 2020.

_____. O ensino de Ciências Sociais no 1º e 2º graus. Cad. Cedes, v. 31, n. 85, Campinas, set-dez, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MORAIS, Amaury Cesar. Desafios para a implantação do ensino de Sociologia na escola média brasileira. In: HANDFAS, Anita [et al] Orgs. A Sociologia vai à escola: história ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2009.

MACHALA, Bárbara Nassif. A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia, 2017.

MICELI, Sergio (Org). Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2. São Paulo: Ed. Sumaré, 1995.

PENNA, Maria Luiza. Fernando de Azevedo. Recife: Editora Massangana, 2010.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. Estudos avançados. v. 8, n. 22, 1994.

SILVA, Ileizi; Luciana Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. Cronos, v.8, n. 2, Natal, jul.dez.2007.

_____. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In.: Sociologia: ensino médio. Brasília, 2010.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. O ensino de sociologia na escola média brasileira: as lutas políticas em torno de sua obrigatoriedade e as apropriações simbólicas da disciplina. In.: IV Seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Anais. Campos dos Goytacazes, 2011.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. O ENSINO DA SOCIOLOGIA: Dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento. In.: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID do

Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, IFISP/UFPeIV. 02, N° 04, Jul/Dez/2014. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/publicacoes/artigos/>. Acesso em: Out. 2020.

VILLAS BÔAS, Glauca K. A Vocação das Ciências Sociais no Brasil: Um estudo da sua produção em livros no acervo da Biblioteca Nacional 1945-1966. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Sociologia. São Paulo: Ática, 1982.